

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.605.558 - PB (2019/0314794-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO : BRUNO CARNEIRO RAMALHO - PB012152
AGRAVADO : MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE
PROCURADOR : GEORGE SUETONIO RAMALHO JÚNIOR - PB011576

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, que inadmitiu o Recurso Especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. TEMPO MÁXIMO DE PERMANÊNCIA EM FILA PARA ATENDIMENTO. PREVISÃO EM LEI MUNICIPAL. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. DESCABIMENTO. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR SOBRE MATÉRIA DE INTERESSE LOCAL. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA APLICADA PELO PROCON. INFRAÇÃO CONSUMEIRISTA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 4.330/2005. NORMA DE EFICÁCIA PLENA. VALOR DA PENALIDADE. REDUÇÃO PELO JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. DESRESPEITO AOS CRITÉRIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. MINORAÇÃO DEVIDA. DESPROVIMENTO DO APELO DO MUNICÍPIO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO DO AUTOR.

- A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que Município é competente para legislar sobre a fixação de período de espera para atendimento nas agências bancárias, por se tratar de matéria de interesse local, enquadrando-se na hipótese prevista pelo art. 30, I, da Constituição Federal.

- Considerando que o processo administrativo que resultou na imposição da multa desenvolveu-se de forma regular, uma vez que fora oportunizado ao banco apelante a participação em todas as fases do procedimento, inexistente a suposta violação ao devido processo legal.

- O ato administrativo goza de presunção de certeza e liquidez, de

forma que competiria à parte promovente o ônus de produzir provas hábeis a ilidir tais presunções, trazendo prova contundente da inocorrência da infração, o que não se verificou no caso em discepção.

- As decisões proferidas no âmbito do processo administrativo em debate não padecem de nulidade por ausência de fundamentação, uma vez que foram claras ao apontar a infração cometida bem como os dispositivos legais infringidos, fazendo a necessária adequação fático-normativa.

- A Lei municipal nº 4.330/2005 não depende de regulamentação para ser observada, tratando-se de norma de eficácia plena, apta a produzir todos os efeitos visados pelo legislador.

- É passível de controle pelo Poder Judiciário os atos que atentem contra os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade pela Administração Pública, como parâmetros de valoração de seus atos sancionatórios, pois a afronta a tais preceitos constitui ilegalidade.

- Tendo em vista que o valor estabelecido pelo PROCON a título de multa, mesmo após a modificação perpetrada na instância *a quo*, não atendeu aos parâmetros fixados em lei, pois desrespeitou os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, merecendo ser reduzido" (fls. 301/302e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, os quais foram parcialmente acolhidos, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA PARCIAL. ACOLHIMENTO EM PARTE.

- Não há que se cogitar em omissão que possa ser sanada por meio de embargos de declaração quanto às questões suscitadas no caderno processual que foram analisadas de forma devidamente fundamentada, após pormenorizada análise fática e jurídica dos dados constantes nos autos.

- Havendo omissão no julgado, no tocante ao pedido liminar elaborado em sede de apelo, os embargos declaratórios devem ser acolhidos, ainda que parcialmente.

- Considerando a falta de probabilidade do direito e de perigo na demora, é de se rejeitar o pleito de concessão de tutela de urgência" (fl. 336e).

Nas razões do Recurso Especial, a parte ora agravante alega, além da divergência jurisprudencial, ofensa aos artigos 489, § 1º, IV e VI, 948 e 1.022, II, do

CPC/2015 e 57 do CDC, aduzindo o seguinte:

"Furtando-se a analisar os demais pleitos contidos nos Embargos de Declaração, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba deixou de analisar os pedidos que denotaria a real e verdadeira prestação jurisdicional, pois partindo das premissas fático-jurídicas corretas, o Juízo *a quo* explicitaria o seu real entendimento sobre o caso, pronunciaria o seu posicionamento hermenêutico acerca das normas jurídicas aplicáveis para a resolução do *thema decidendum* da questão.

Ao negar a jurisdição veiculada por meio dos embargos declaratórios apresentados, o TJPB não corrigiu, não explicitou e nem analisou as omissões em que incorreu (exceto quanto a questão da tutela recursal de urgência indeferida), consequentemente, não realizou a interpretação do direito e tampouco se desincumbiu do seu dever constitucional de fundamentar suas decisões, ou seja, resta patente o prejuízo do Recorrente ocasionado pela conduta do Tribunal *a quo*.

(...)

Lendo o Acórdão atacado, a partir do que estabelece o dispositivo transcrito acima é possível se observar que ele também violou frontal e literalmente o que determinam os incisos IV e VI, tornando-o carente de fundamento.

O Banco recorrente defendeu em sua apelação a necessidade de redução da multa para patamar condizente com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, oportunidade esta em que colacionou SEIS julgados ANÁLOGOS ao presente caso (datados dos anos de 2012, 2013 e 2015) que fixavam a penalidade em patamares que variavam entre R\$ 2.000,00 a R\$ 10.000,00.

Além disso, ao reduzir a multa para um novo patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), consubstanciado na alegação que tal valor mantém o efeito pedagógico, o Acórdão da Apelação do TJPB AC 001.2009.020138-3/001, DJPB 22/07/2011, *data maxima venia*, não prestou com correção a tutela jurisdicional, haja vista que deixou de seguir os precedentes mais recentes invocados pelo Banco, em especial, quanto aos critérios utilizados para a fixação do valor entendido como razoável e proporcional, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento. Ou seja, não foi feito o *distinguish!*

(...)

Por fim, resta evidente que o intuito do BNB ao ingressar com os embargos de declaração era o pronunciamento judicial acerca das

omissões sobre pontos capazes de influir nas razões de decidir. A análise dos argumentos veiculados pelo Recorrente tinha aptidão para corrigir tais inconsistências hermenêuticas e alterar os paradigmas decisórios do acórdão, modificando, conseqüentemente, o resultado do julgamento. Porém, o Juízo *a quo* não realizou a devida análise das questões aventadas pelo Banco do Nordeste e não trouxe qualquer posicionamento ou interpretação acerca da tese aviada nos aclaratórios, estando o Recorrente sem saber as bases jurídico-doutrinárias do julgador para os pontos constantes dos embargos, realizando ele como já explicados, uma fundamentação aplicável a qualquer decisão judicial.

(...)

O Egrégio TJPB também violou a norma incrustada no art. 57, apuí. do CDC no momento em que considerou devida a aplicação de multa no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em especial, sem definir com clareza, os critérios utilizados como hábeis para fins de harmonização de tal valor aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

O fato é que, uma multa nesta proporção não poderia ser considerada como regular, proporcional ou razoável" (fls. 355/359e)

Requer, ao final, o provimento do Recurso Especial, "para que, aplicando o douto Tribunal o direito à espécie, seja anulado, com a devolução dos autos para o TJPB para que as omissões sejam sanadas, ou reformado o acórdão recorrido" (fl. 370e).

Apresentadas contrarrazões (fls. 386/394e), foi negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 403/406e), foi interposto o presente Agravo (fls. 409/423e).

A irresignação não merece acolhimento.

Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem no sentido de reduzir o valor da multa aplicada, com base nos seguintes fundamentos:

"No que tange ao valor fixado a título de multa, o art. 57 do Código Consumerista estabelece que deve ser considerada a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor.

(...)

Importante ressaltar que a multa em questão não tem como objetivo reparar o dano sofrido pelo consumidor, mas sim servir de punição pela infração às normas consumeristas.

In casu, a penalidade foi arbitrada pelo órgão de defesa do consumidor no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), decorrente de descumprimento da Norma Municipal nº 4.330/2005, conhecida por

'Lei da Fila', uma vez que a instituição financeira não dispôs de funcionários suficientes para possibilitar o atendimento dos usuários no prazo de até 35 minutos. Ocorre que, por ocasião da sentença de primeiro grau, houve a redução para o patamar de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Nesse contexto, vislumbro que, ainda com a redução do valor na instância *a quo*, a cifra fixada não atendeu aos parâmetros fixados em lei, desrespeitou os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Assim, entendo que, no caso em comento, melhor atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), porquanto mantém o efeito pedagógico para desestimular a reincidência da conduta, sem excesso.

Ademais, caso seja mantido valor módico não alcançará o caráter pedagógico de evitar que o banco/embargante torne a desrespeitar as normas de defesa ao consumidor, tampouco não estimulará a adoção de providências para a solução do problema que ocorre de forma recorrente.

(...)

Assim, entendo que, no caso em comento, melhor atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), porquanto mantém o efeito pedagógico para desestimular a reincidência da conduta, sem excesso" (fls. 311/313e).

No julgamento dos Embargos de Declaração, foi indeferida a tutela de urgência pleiteada, considerada a ausência do "perigo de dano, tendo em vista que, conforme já explicitado acima, o julgamento dos recursos apelatórios já foi realizado, e a instituição financeira sequer comprovou que esteja na iminência de ter seu nome inscrito em dívida ativa com base na multa questionada" (fl. 345e).

Assim, em relação aos arts. 489, § 1º, IV e VI e 1.022, II, do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de

19/12/2017.

Ademais, acerca da suposta ofensa ao art. 948 do CPC/2015, verifica-se que o referido dispositivo legal não foi objeto das razões de Apelação nem dos Embargos de Declaração, somente tendo sido suscitada pela parte recorrente nas razões do presente Recurso Especial, em indevida inovação recursal.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal **a quo**").

No mérito, para infirmar as conclusões do julgado, quanto à razoabilidade e a proporcionalidade da multa no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dar provimento ao Recurso Especial, seria necessário, inequivocamente, incursão na seara fático-probatória, inviável, na via eleita, a teor do enunciado sumular 7/STJ.

Ressalto, por fim, quanto ao Recurso Especial, interposto pela alínea **c**, também não merece prosperar a irresignação, pois incide o mesmo óbice sumular. Nesse sentido: "A análise da divergência jurisprudencial quando trata da mesma matéria do Recurso Especial pela alínea 'a', cuja análise é obstada pela aplicação da Súmula 7 desta Corte, incide no mesmo óbice, ficando por isso prejudicada. Precedente: AgRg no AREsp 69.665/RO, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, Dje 16.2.2012" (STJ, AgRg no REsp 317052/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2013).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, conheço do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios, anteriormente fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, para 11% (onze por cento) sobre o valor da causa, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora